

# A dívida externa volta a preocupar

A questão da dívida externa volta a preocupar, principalmente os credores internacionais. A falta de cumprimento das metas estabelecidas no programa de ajustamento econômico do México, antes mesmo que ele fosse sacudido pelos terremotos recentes, aliada à postura liberalizante do presidente Alan Garcia e ao fato de o Brasil não ter fechado um acordo com o FMI, preocupa tanto os credores que os levaram a uma reunião extraordinária em Nova York, no domingo. Acresce-se a esse quadro o tom do discurso proferido pelo presidente José Sarney na abertura da assembleia geral da ONU, que está recebendo muitas críticas dos banqueiros estrangeiros.

Enquanto alguns deles classificaram o discurso como político — e como tal não teria impacto sobre aqueles que efetivamente estão ne-

gociando a dívida —, outros diziam ser fácil para um chefe de Estado latino-americano falar qualquer coisa, perante uma platéia constituída basicamente por representantes de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. "Sarney não foi muito feliz 'falando duro', pois, o apoio dos países em desenvolvimento, ele já tem. Seria um pouco mais sensato procurar sensibilizar os ouvintes das nações industrializadas. Agiu como um filho mal-educado, que diz o que pensa", resumiu um banqueiro alemão.

## A QUESTÃO DO MÉXICO

Os banqueiros internacionais não concordam com a tese de que a "quebra" do México — apontado como um modelo a ser seguido pelos demais devedores — venha a fortalecer a posição do Brasil nesta etapa da renegociação. "No fim do 1º trimestre, o México fechou o acordo

plurianual que, à primeira vista, parecia um grande sucesso. O modelo mexicano — como ficou conhecido — era, na verdade, a glorificação daquele país por alguns membros do FMI, para poder negociar um pouco mais duro com a Argentina e o Brasil. Foi mais intenção do FMI de ter um 'bonzinho' para mostrar aos outros", comentou um banqueiro estrangeiro.

De qualquer modo, existe consenso entre os credores de que nem o FMI nem algum credor "terá a insensatez de cobrar a dívida do México". O problema, segundo eles próprios, saiu da esfera técnica e passou a ser uma questão de humanidade, por causa dos terremotos. Mas, em contrapartida, aquele país não terá acesso aos US\$ 3 ou 4 bilhões (solicitados antes do terremoto) para o próximo ano. "Não teriam antes nem terão agora, pois, apesar

da recuperação econômica inicial, os ajustes não deram resultados e a pauta de exportação do México continua exatamente como antes: baseada no petróleo, onde se deverá observar no curto prazo uma verdadeira guerra de preços com a Arábia Saudita", pondera o representante de um banco inglês de grande porte.

## CRÉDITO VOLUNTÁRIO

Na verdade, essa declaração contraria frontalmente a premissa básica do "modelo mexicano", de que o dinheiro novo não seria incluído na negociação — o que representou um "furo" no acordo, na medida em que os superávits comerciais ficaram comprometidos pela queda do preço do petróleo —, mas a médio prazo, com a recuperação econômica, o devedor teria acesso ao mercado de crédito voluntário. É bem possível que o México venha a contra-

tar um novo "empréstimo-jumbo" involuntário até o final deste ano.

Os banqueiros argumentaram que a única coisa que pode fortalecer o Brasil nesta fase é a evolução da economia e o convencimento dos credores de que o País está disposto a conter o déficit público e a inflação. "Enquanto isso não ocorrer, o acordo não deverá ser concluído", afirmaram. Os credores mostraram também certo desalento, quando interrogados sobre as perspectivas de uma renegociação com o Brasil até o final do ano.

"As perspectivas não são boas", responderam. Os banqueiros acreditam que a desvalorização do dólar será muito benéfica para o Brasil, que terá produtos a preços mais competitivos e possível aumento das exportações. Existe também possibilidade de queda nas taxas de juros internacionais.